

O PROGRAMA “EDUCAR PRA VALER”: COMO SE EXPRESSA A PRIVATIZAÇÃO ENDÓGENA NA REDE DE ENSINO DE JOÃO PESSOA

Juan Carlos da Silva
Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: juan_csilva@ufpe.br

1. INTRODUÇÃO

Nesta comunicação objetivamos investigar como se expressa a privatização endógena no trabalho das diretoras escolares a partir da adoção do programa “Educar Pra Valer” (EPV), uma “parceria” firmada entre a Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa (SEDEC-JP) e a Associação Bem Comum (ABC).

A ABC, apoiada financeiramente pela Fundação Lemann (FL) são as organizações da sociedade civil (OSC’s) responsáveis por pensarem e executarem o EPV, vigente desde maio de 2019, na Rede de Ensino de João Pessoa-PB. Para examinarmos a privatização endógena em curso na Rede de Ensino de João Pessoa revisamos a literatura acadêmica produzida até a data de hoje (fevereiro de 2025) sobre o programa EPV implementado em diferentes municípios brasileiros (Andrade, 2023; Andolphi, 2023; Barbosa, 2022) dentre outros trabalhos. Outra perspectiva teórica utilizada é a análise do neoliberalismo como projeto societário contemporâneo (Castelo, 2013; Freitas, 2018; Laval, 2019; Montañó, 2010; Paro, 2010).

Na perspectiva de Minayo (2002) refletimos de forma qualitativa sobre um trecho da entrevista de uma diretora escolar da Rede de Ensino de João Pessoa. A escolha da escola e da diretora foi feita com base nos indicadores do IDEB 2023.

Extraímos um trecho de respostas sobre a seguinte temática: qual a influência da ABC/EPV sobre o trabalho pedagógico com os componentes de Fluência Leitora, Língua Portuguesa e Matemática? Para avaliarmos a entrevista semiestruturada foi utilizado o método análise de conteúdo de Bardin (1977) composto por três etapas: pré-análise, codificação e categorização dos dados coletados. Conforme Coutinho (2019) optamos pelo uso de codinomes para as escolas visitadas e pseudônimos para as entrevistadas, pois a pesquisa é realizada com pessoas da mesma instituição que ocupam diferentes posições, algumas em cargos subordinados.

2. DESENVOLVIMENTO

O EPV é uma política de alfabetização criada em 2018 pela Associação Bem Comum (ABC), OSCIP com sede em Fortaleza-CE, para fornecer assessoria técnica gratuita aos municípios que aderem à política. A “parceria” é formalmente oficializada por meio de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT).

A seleção dos municípios baseia-se em dois critérios definidos pela ABC: um educacional e outro político. O critério educacional considera os indicadores, o tamanho e a organização das redes municipais de ensino, bem como a participação em outros programas, já o critério político avalia o interesse do prefeito em priorizar a alfabetização na idade adequada durante seu mandato promovendo ações do EPV de "liderança e engajamento"(Barbosa, 2022, p. 66).

A ABC apoia as redes municipais na implementação do EPV com dois objetivos principais: a alfabetização na idade certa e a superação dos baixos indicadores educacionais. A política EPV baseia-se nas reformas educacionais ocorridas desde 2001 no município de Sobral-CE e na Rede de Ensino do Estado do Ceará, sobretudo, no PAIC.

3. CONCLUSÕES

A entrevista a seguir foi feita com Adriana, diretora da Escola Pardal, que obteve um dos mais altos índices da Rede de Ensino de João Pessoa no IDEB 2023. No contexto da rede municipal, a Escola Pardal pode ser considerada pequena, pois atende somente os Anos Iniciais nos turnos da manhã e tarde. Segundo o Censo Escolar 2023 do INEP, a escola tinha 255 matrículas e apenas 12 docentes (QEDU, 2025).

Perguntamos a diretora Adriana [D1] o seguinte: **a senhora considera que o programa EPV tem contribuído para uma formação integral dos alunos:**

Com certeza. A senhora considera que o EPV promove uma formação democrática e inclusiva? Sim, sim, sim. Sim? Sim. Por quê? Porque eu acho que eles melhoram muito [a diretora se atém a qualidade da educação nas altas taxas do IDEB], porque eles dão toda uma...principalmente essa gestão [do atual Prefeito Cícero Lucena e da Secretária América de Castro] que tá agora, né? Eles dão muita formação, eles vivem fazendo formação, as professoras vivem fazendo formação. Tem o Educar para Valer, tem uma menina que vem pra ajudar com o programa, né? Que ela vem... é uma bolsa, ela recebe uma

*bolsa pela Prefeitura e ela vem e fica na sala com o professor. Ela não fica só com aquele aluno. Então, ela vem ajudar a professora e os alunos que precisam de um reforço. Entendeu? Então, ela fica vindo assim. Os meninos que não sabem ainda ler. Estão naquela série e que já deveriam estar lendo, mas que ainda não leem. Aí ela vai e ajuda. **Isso é uma estagiária da SEDEC que vem? É. É um programa o Letrar + JP** [é o nome “fantasia” dado ao EPV pela Prefeitura de João Pessoa]. **É, do Letrar + JP, exatamente. Do Letrar + JP. Aí a gente tem uma pessoa só, então ela fica entre o primeiro e o segundo ano. É no primeiro ano ou no segundo ano. Ela compreende o professor de primeiro e segundo ano. Isso, primeiro e segundo ano. E nós temos estagiários do PIBID também, que é da UFPB, que é um programa de iniciação à docência, que é uma bolsa que eles recebem, e eles escolheram a escola para fazer o estágio. Não sei se eles fazem em outros lugares, em outras escolas, mas nós temos uns oito aqui. Aí eles se revezam nas outras turmas, entendeu? Entre o primeiro e até o quinto ano. São alunas de pedagogia? É, isso.** [D1]*

Uma das possíveis interpretações da fala da diretora escolar Adriana, é que ela possui um perfil profissional bastante operativo frente a tocar adiante as ações do EPV, e que a SEDEC-JP acaba por privilegiar a referida política em escolas que já tem altos IDEB's. Envia uma bolsista remunerada pela Prefeitura para ajudar as professoras de 1º e 2º anos a desenvolverem nas crianças as habilidades de Fluência Leitora – uma das frentes de ações do programa da ABC/EPV. A ABC estabelece que o EPV deve estar intimamente relacionado à equipe escolar e deve ser implementado visando um bom desempenho no IDEB, sendo desenvolvido com base no mérito e na competência.

Esta sugestão da ABC/EPV acaba por corroborar a fala de Adriana (D1) que ao mencionar que existem oito estagiárias na escola, elas “escolheram” a escola para realizar o estágio. A diretora faz assim uma espécie de auto exaltação, como um desejo das estagiárias em atuar em uma escola de “sucesso no IDEB”. Esta fala da diretora escolar também se encontra alinhada ao posicionamento da ABC/EPV que no ACT assinala a importância de pessoas com perfis de “liderança e engajamento”.

Responsabilizar-se com a aprendizagem dos(as) alunos(as) deve ser um compromisso cotidianamente assumido por todas as trabalhadoras(es) na educação pública. No entanto, a construção histórica da educação pública no Brasil tem sido um processo excludente, sendo assim, necessitamos de políticas públicas que garantam processos mais democráticos e inclusivos. O EPV traz em seu conteúdo uma enorme pressão sobre o trabalho das diretoras escolares, que carregam em sua função cada vez mais e mais responsabilidades e tarefas, além de terem de garantir uma administração escolar eficaz e inovadora, conforme estabelecido pelo modelo gerencialista, baseado na

Nova Gestão Pública. No contexto do EPV na Rede de Ensino do Município de João Pessoa, as diretoras escolares encontram-se, implicitamente, alijadas das discussões sobre os conteúdos da política de alfabetização denominada EPV, subordinando-se a agentes externos à escola, tais como, os gestores da própria SEDEC-JP e da ABC que implementam um “pacote pedagógico” pronto e acabado.

4. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vivian Alves Souza. Alfabetização no programa Educar pra Valer: o que propõem os materiais para o ensino da leitura e da escrita no 2º ano do ensino fundamental? Recife: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2023.

ANDOLPHI, Ludmila Barreto. Uma análise do programa “Educar Pra Valer” na formação de pedagogos/as do município de Vila Velha – ES. Vitória: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo

BARBOSA, Hannah Guimarães. “Olinda, patrimônio que educa”: avaliação da implementação do programa Educar Pra Valer em Olinda/PE. Fortaleza: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, 2022.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COUTINHO, Ângela Scalabrin. Consentimento e assentimento. p. 62-66. IN: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ética e pesquisa em Educação:subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf Acesso em 4 de jul. de 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

QEDU. Use dados. Transforme a educação. Dados educacionais de João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://qedu.org.br/> Acesso em: 04 de jul. de 2023.

LAVAL, Pierre. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social – teoria, método e criatividade. 21 ed. Editora Vozes: Petrópolis, 2002.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2010.